

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CASA DO INFANTE (PORTO). AVALIAÇÃO DO PROJECTO EM DEZEMBRO DE 1994

por

**Manuel Luís Real, Paulo Dordio Gomes, Ricardo Jorge Teixeira
e Maria do Rosário Melo**

Resumo: A origem da Casa do Infante, assim conhecida devido à tradição de aí ter nascido o Infante D. Henrique, remonta ao século XIV, quando D. Afonso IV decidiu construir o “Almazem” régio ou Alfândega, na zona ribeirinha da cidade do Porto. A realização de escavações arqueológicas, iniciadas em Janeiro de 1991, integra-se num plano mais vasto que inclui a investigação documental e a análise urbanística e arquitectónica do conjunto edificado, e constitui uma fase preliminar do projecto de remodelação e ampliação do edifício onde se encontra instalado o Arquivo Histórico Municipal. Do ponto de vista estritamente arqueológico, os objectivos determinados visam o conhecimento dos antecedentes da ocupação régia, o estudo aprofundado da organização dos espaços da Alfândega Velha, a recolha de novos dados sobre a Casa da Moeda do Porto e a evolução arquitectónica de todo o conjunto edificado. A descoberta de importantes vestígios de época tardo-romana vem enriquecer a problemática das origens da cidade.

O presente texto organiza-se em três partes: na 1ª levantam-se alguns dos problemas que a gestão do projecto teve de enfrentar e as formas como aqueles foram resolvidos; na 2ª parte, procede-se a um balanço do trabalho já realizado e, por fim, na 3ª parte, apresenta-se a avaliação e planificação das actividades a desenvolver para a conclusão do projecto.

Palavras-chave: Arqueologia Urbana. Porto. Gestão de Projecto.

0. Introdução

1. Gestão do Projecto

- 1.1. Arranque do projecto e equipa inicial: fase de sondagens
- 1.2. Desenvolvimento do projecto e alargamento da equipa: fase de escavação em área
- 1.3. A Pré-empregada e respectivo Caderno de Encargos
- 1.4. Planificação da 3ª fase da intervenção: análise e interpretação da informação, publicação e musealização

2. Balanço do trabalho realizado

2.1. Escavação e tratamento do espólio

- 2.1.1. Escavação e registo arqueológico
- 2.1.2. Recolha, triagem e tratamento do espólio arqueológico
 - 2.1.2.1. Espólio cerâmico
 - 2.1.2.2. Espólio osteológico

- 2.1.2.3. Espólio metálico
- 2.1.2.4. Espólio numismático
- 2.2. Análise e interpretação
- 2.3. Programa de remodelação do Arquivo Histórico e musealização
- 2.4. Colaboração de estudantes e Acções de formação
- 2.5. Divulgação

- 3. Avaliação do trabalho a realizar
 - 3.1. Introdução
 - 3.2. Escavação e tratamento do espólio
 - 3.2.1. Escavação
 - 3.2.2. Tratamento do espólio
 - 3.3. Análise e interpretação
 - 3.3.1. Estabelecimento da sequência estratigráfica e cronológica
 - 3.3.2. Análise e interpretação das estruturas e da organização dos espaços
 - 3.3.3. Reconstituição, identificação e estudo do espólio arqueológico
 - 3.4. Acompanhamento do projecto de musealização do espaço intervencionado
 - 3.5. Divulgação

0. INTRODUÇÃO

A Casa do Infante é um espaço histórica e arqueologicamente privilegiado, correspondendo aos antigos edifícios régios da Alfândega, da Moeda e, possivelmente da Contadoria da Fazenda na cidade do Porto. Tradicionalmente apontada como o local do nascimento do Infante D. Henrique, ocupa um lugar de destaque no imaginário da cidade, encontrando-se actualmente aqui instalado o Arquivo Histórico Municipal. O projecto de investigação promovido pela Câmara Municipal, como uma das componentes do processo de valorização e ampliação daquelas instalações, possibilitou o desenvolvimento de uma intervenção de arqueologia urbana que se destaca, pelas dimensões da área intervencionada, pelo volume de terras escavadas e pela quantidade e qualidade da informação e espólio recolhidos.

Após quase 4 anos de escavações arqueológicas intensivas e atingidos os objectivos propostos para a 1ª fase de prospecções e para a 2ª fase, de escavação em área, encontramos-nos no limiar da 3ª fase.

O presente texto organiza-se em três partes: na 1ª levantam-se alguns dos problemas que a gestão do projecto teve de enfrentar e as formas como aqueles foram resolvidos; na 2ª parte, procede-se a um balanço do trabalho já realizado e, por fim, na 3ª parte, apresenta-se a avaliação e planificação das actividades a desenvolver para a conclusão do projecto.

1. GESTÃO DO PROJECTO

1.1. Arranque do projecto e equipa inicial: fase de sondagens

Em 1990, o projecto de ampliação e transformação das actuais instalações do Arquivo Histórico Municipal, criou a necessidade de uma intervenção arqueológica que permitisse desenvolver a investigação já iniciada¹ por forma a acautelar e preservar o existente no subsolo, valorizando-o e integrando-o no projecto. A coordenação entre o projecto e a intervenção arqueológica ficou assegurada pelo director do Arquivo Histórico, a quem coube desenvolver:

- a ligação ao dono da obra, a Câmara Municipal do Porto, e sua representação;
- a gestão dos apoios externos;
- a articulação com os projectos de investigação documental e arquitectónica, também iniciados;
- a articulação com o programa e projecto de arquitectura.

Na impossibilidade do Gabinete de Arqueologia Urbana da C.M.P. realizar esta intervenção, por escassez de meios humanos e pela urgência em acorrer a outros locais da Cidade cientificamente menos apoiados, foi constituída uma equipa específica que iniciou a sua actividade em Janeiro de 1991, através de um contrato de investigação realizado com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. A disponibilização de dois operários pela Câmara Municipal permitiu completar a equipa permanente, que ficou constituída por 2 arqueólogos, 1 técnico adjunto para a área de conservação e restauro e 2 operários.

A continuidade desta equipa nos anos seguintes, 1992 e 1993, foi depois assegurada pela Câmara Municipal através de contratos de aquisição de serviços. A Fundação Calouste Gulbenkian colaborou ainda com a atribuição de dois subsídios em 1991 e em 1992, que permitiram a aquisição de diversos meios materiais e serviços externos de desenho e restauro.

Apesar dos escassos meios humanos disponíveis, a intervenção arqueológica procurou desenvolver a sua actividade em torno de 4 principais linhas de actuação:

INVESTIGAÇÃO: desenvolvendo o estudo dos vestígios da evolução da ocupação humana no espaço da Casa do Infante;

APOIO AO PROJECTO DE ARQUITECTURA: disponibilizando informação e acompanhando o desenvolvimento do projecto das novas instalações do

¹ Instalado na Casa do Infante, o Arquivo Histórico Municipal do Porto, promoveu o estudo documental e arquitectónico do edifício e da instituição alfandegária que aí esteve albergada, cujos resultados se divulgaram em 1990, na exposição "A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro".

Arquivo Histórico Municipal;

TRATAMENTO E ESTUDO DO ESPÓLIO: criando estruturas que permitissem conservar, estudar e valorizar o espólio arqueológico resultante da intervenção paralelamente ao desenvolvimento desta;

EXTENSÃO CULTURAL: desenvolvendo acções de animação, centradas na intervenção arqueológica, com o apoio dos serviços de extensão cultural do Arquivo.

A escassez dos meios humanos obrigou a recorrer a diversas soluções: procurou-se a colaboração voluntária de estudantes universitários da área de arqueologia e o enquadramento de jovens através de programas do Instituto de Juventude, aos quais foi ainda necessário fornecer formação específica. A colaboração com o Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro permitiu também desenvolver um programa de prospecção geofísica, cujos resultados constituíram o ponto de partida para o alargamento da área intervencionada.

1.2. Desenvolvimento do projecto e alargamento da equipa: fase de escavação em área

A nova fase da investigação arqueológica, iniciada em Agosto de 1993, procurou, através da escavação em grandes áreas (Fig. 1 e 2), o entendimento das sucessivas organizações do espaço, nomeadamente a que se desenvolveu entre os séculos XIV e XVI, no interior dos limites da propriedade régia, onde se encontravam instaladas as Casas da Alfândega e da Moeda. Do mesmo modo, esta estratégia permitiu esclarecer a natureza da ocupação romana subjacente.

A grande dimensão do espaço a intervencionar e a existência de um prazo curto para a conclusão dos trabalhos arqueológicos, antes do lançamento da obra das novas instalações do Arquivo Histórico, obrigou ao reforço da equipa, através da celebração pela Câmara Municipal de 8 novos contratos para pessoal técnico (verificação e controle da escavação por sectores, trabalhos especializados de escavação e registo, trabalhos especializados de levantamento e conservação de espólio arqueológico, fotografia e desenho arqueológico) por um período inicial de 6 meses, renovados posteriormente por mais 12 meses².

²Os encargos resultantes de 4 anos de actividade desenvolvida pela intervenção arqueológica (1991 a 1994) totalizaram 40 740 746\$00, correspondendo 39 751 800\$00 a contratos de prestação de serviços da equipa de arqueologia e 988 946\$00 a despesas com material de trabalho. Os encargos foram assumidos, na sua quase totalidade, pela Câmara Municipal do Porto. A Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses realizou, em 1991, um contrato de investigação no valor total de 2 800 000\$00, o qual permitiu o arranque dos trabalhos, e a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu dois subsídios para a investigação, em 1991 e 1992, no valor total de 1 600 000\$00.

Por outro lado, o lançamento, ainda pela Câmara Municipal, de uma pré-empregada de obra, que apoiou os trabalhos de escavação, disponibilizou os meios necessários para levar a bom termo os objectivos propostos desta 2ª fase da intervenção arqueológica.

1.3. A pré-empregada de obra e o respectivo Caderno de Encargos

Atendendo a que o Projecto de remodelação e ampliação do Arquivo Histórico se encontrava ainda em fase de “Estudo Prévio” e que a aquisição de novas parcelas de terrenos iria obrigar a adiamento suplementar, entendeu-se que seria oportuna a abertura de concurso para uma empregada específica que criasse os meios necessários ao desenvolvimento das escavações. No conjunto do processo isto significaria uma recuperação de tempo e permitiria preparar com maior rigor a intervenção de fundo, quando a obra definitiva viesse a ser adjudicada. Além de acelerar a escavação e possibilitar o reconhecimento antecipado da evolução arquitectónica, a empregada permitiu sondagens nas estruturas (picagem de rebocos, remoção de lajeados, libertação de áreas betonadas, etc.) e, quando necessário, o seu recalçamento ou protecção contra as águas pluviais. Nesta fase inclui-se também a recuperação de um prédio adjacente, para instalação provisória de alguns dos serviços do Arquivo, e cujo interesse histórico e arqueológico se veio também a confirmar.

Para o efeito, foi necessário preparar um caderno de encargos sobre *Trabalhos preliminares e sondagens*. Este documento foi estruturado pelo Gabinete do Arqto. Nuno Tasso de Sousa, com o apoio da equipa de arqueologia. Ele inclui três secções distintas relativas à arquitectura e escavação, à instalação eléctrica e à instalação hidráulica.

O documento abre com algumas considerações preliminares, onde se chama a atenção para a necessidade de salvaguardar o património e para as vantagens desta empregada, evitando variações profundas dos custos da empregada geral. Seguem-se vários itens sobre o objecto do concurso e que, em síntese, se referiam a: demolições e sondagens; crivagem dos produtos da escavação; recalçamento de fundações e consolidação de alvenaria; acondicionamento de instalações; e remoção de terras e entulhos.

As áreas de intervenção foram inscritas em peças desenhadas, distinguindo-se três tipos de metodologia de escavação, conforme a avaliação do potencial de informação a identificar e registar pelos trabalhos arqueológicos. A seguir, foram descritas as condições técnicas da empregada, gerais e especiais. Entre estas últimas avultam as que dizem respeito à escavação arqueológica propriamente dita,

onde são definidas as operações e as normas a cumprir.

É de referir que a empreitada decorreu com o enquadramento, no terreno, de uma equipa de onze pessoas com formação em arqueologia.

Fazendo um balanço desta empreitada preliminar, julgamos dever anotar o seguinte:

1 – O recurso a uma empreitada específica de escavação contribuiu largamente para a eficácia dos estudos arqueológicos. Além da maior celeridade dos trabalhos, foi possível garantir uma permanente vigilância por parte da equipa técnica da obra e a resolução imediata de todas as consolidações e drenagens necessárias para defender as estruturas.

2 – É importante que da parte dos arqueólogos haja grande objectividade e compreendam os interesses em jogo. Sem descuidar o registo e a aplicação de métodos científicos de escavação, houve necessidade de distinguir zonas de maior ou menor apuro da informação e um esquema de trabalho que mantivesse activos os homens do empreiteiro.

3 – Os arqueólogos devem estar preparados para reclamações do adjudicatário; no entanto essa pressão resulta, de algum modo, de uma estratégia natural da parte do empreiteiro para rentabilizar o seu trabalho. Na Casa do Infante deu-se esta situação, mas o entendimento foi sempre cordial e com resultados para ambas as partes.

4 – A fim de que os custos do trabalho sejam correctamente calculados pelo empreiteiro, e não se ocasionem futuras reclamações por parte deste, será conveniente referir expressamente que a escavação e retirada das terras se efectua por sectores, com a necessária permanência de banquetas e zonas para leituras de cortes estratigráficos, independentemente de se apresentar de forma global o total das áreas a serem objecto de determinado tipo de metodologia de escavação. A descrição das normas e processos de trabalho deve, assim, ser o mais rigorosa possível. Por exemplo, na Casa do Infante, o facto de não se ter mencionado no caderno de encargos a limpeza “com vassoura”, dos planos e cortes, antes de serem desenhados, ocasionou reclamações por parte do empreiteiro.

5 – Esta experiência demonstrou a conveniência do contrato dos arqueólogos ser feito com o dono da obra, para evitar a dependência hierárquica e a submissão a pressões por parte do adjudicatário.

6 – Pelo cálculo efectuado, o investimento em escavações arqueológicas poderá aproximar-se dos 10% do valor global da obra. Tal investimento é rentável, de algum modo, pelas despesas a mais que evitará na obra, caso se verifiquem achados inesperados. Poderá também ser rentável a prazo, nos casos em que as ruínas se venham a transformar num motivo de atracção turística.

O estabelecimento de uma empreitada preliminar pode representar, em muitas circunstâncias, um aproveitamento de tempo. Enquanto o projecto se conclui e a

obra é posta a concurso haverá boas condições de intervir arqueologicamente. Se existir planificação poderão alcançar-se resultados muito positivos e sem prejuízo dos interesses de cada sector.

Dos benefícios colhidos na Casa do Infante é legítimo esperar que a metodologia seguida possa vir a constituir uma boa sugestão para empreitadas em edifícios de grande responsabilidade e, mesmo, em obras de âmbito mais restrito.

1.4. Planificação da 3ª fase da intervenção: análise e interpretação da informação, publicação e musealização

Em Outubro de 1994, terminada a parte de pré-empregada de obra que apoiou as escavações, iniciou-se a planificação da terceira fase da intervenção arqueológica. Para além da conclusão das escavações em algumas áreas de reduzida dimensão, os objectivos desta terceira fase centram-se nos seguintes 4 grandes núcleos de tarefas:

- análise da massa de informação registada, que possibilite o estabelecimento da sequência estratigráfica e cronológica, bem como a interpretação das estruturas e organização dos espaços,
- triagem, limpeza, etiquetagem, conservação, análise e interpretação do enorme volume de espólio recolhido,
- acompanhamento do projecto de musealização do espaço intervencionado,
- divulgação e publicação dos resultados alcançados.

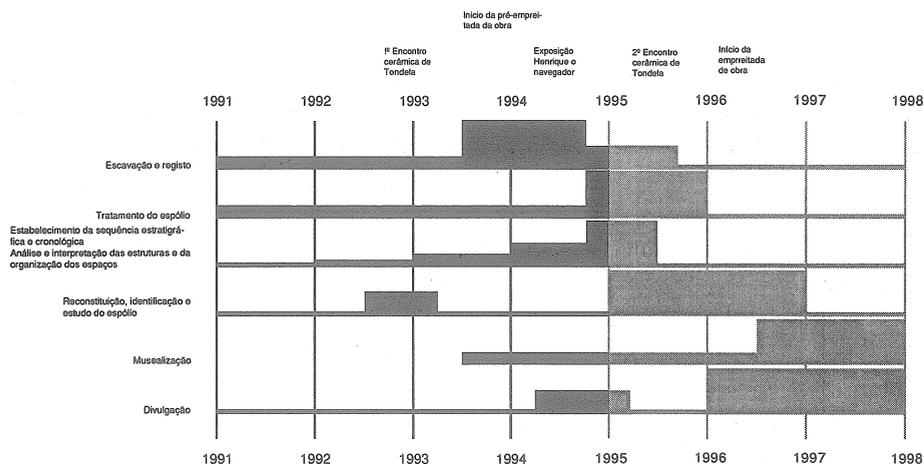
Actualmente, a equipa de arqueologia³ apresenta a seguinte constituição: coordenação do projecto - 1; direcção da intervenção - 3; escavação e registo - 3; tratamento e estudo do espólio - 3; desenho e fotografia - 2. Mantendo-se estes meios humanos é possível apontar a conclusão do programa de investigação arqueológica, incluindo o estudo do espólio e a preparação da publicação final dos resultados, no prazo de dois anos (1995-96). A manutenção no ano seguinte (1997) de uma equipa mais reduzida será necessário para o acompanhamento da empreitada de obra de remodelação do Arquivo Histórico Municipal. Esta equipa seria ainda responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de musealização do espaço, da instalação definitiva do arquivo da escavação e do depósito do espólio. No

³ Para além do coordenador e dos 3 elementos da direcção da intervenção arqueológica, fazem parte da equipa os seguintes elementos: António Luís Pereira, Heloísa Santos, Isabel Alexandra Lopes, Manuel Araújo, Nuno Miguel Soares, Paula Cristina Barreira, Pedro Baere de Faria e Susana Cosme.

decorrer desse ano seria também finalizado o trabalho monográfico conclusivo dos trabalhos arqueológicos e preparada a respectiva edição.

Prevê-se que para trabalhos mais especializados de desenho, restauro e tratamento informático seja necessário recorrer a algumas aquisições de serviços no exterior. Estas aquisições de serviços destinar-se-ão, expressamente, à publicação dos resultados e à musealização da Casa do Infante e do espólio recolhido.

Diagrama do desenvolvimento das componentes do projecto de intervenção arqueológica



2. BALANÇO DO TRABALHO REALIZADO

2.1. Escavação e tratamento do espólio

2.1.1. Escavação e registo arqueológico

Os trabalhos de escavação com metodologia arqueológica realizados entre Janeiro de 1991 e Novembro de 1994, incidiram sobre as seguintes áreas do edifício e abrangeram os seguintes volumes de sedimentos:

Pátio/Átrio	163,73m ²	484,18 m ³
Torre Norte	110 m ²	121 m ³
Torre Sul	100 m ²	480 m ³
Salão Norte	136 m ²	218,2 m ³

Salão Central	35 m ²	80,5 m ³
Salão Sul	126 m ²	505,8 m ³
Cave Sul	104 m ²	492,8 m ³
Vieira	157 m ²	369,8 m ³
Armazém	224 m ²	410,2 m ³
TOTAL	1156 m²	3163 m³

A espessura média da estratificação arqueológica é de 2,74 m, atingindo em numerosas áreas cerca de 6,00 m. O volume total de sedimentos removidos arqueologicamente corresponde a um cubo com 14,7 m de lado (Fig. 3).

A metodologia arqueológica seguida implicou o registo minucioso das observações realizadas durante a escavação segundo o sistema de Unidades Estratigráficas, o que implicou o preenchimento das respectivas fichas com elementos de natureza descritiva e interpretativa. Foram atribuídas 1901 Unidades Estratigráficas, classificadas segundo um dos três tipos: Depósitos, Destruições e Estruturas. A sua distribuição por zonas intervencionadas é a seguinte:

Pátio	127
Torre Norte	296
Torre Sul	432
Salão Norte	188
Salão Central	61
Salão Sul	371
Cave Sul	180
Vieira	127
Armazém	99
Galeria	20
TOTAL	1901 Unidades Estratigráficas

O sistema de registo inclui ainda a realização de fotografia e de planos topográficos à escala 1: 20. Foram realizados 560 planos topográficos e 9150 diapositivos.

As estruturas descobertas, constituídas essencialmente por paredes e muros, totalizam uma extensão global de 153,4 m.

O registo de Cortes Estratigráficos, com uma área total de 3206 m², envolveu a realização de 62 desenhos à escala 1:20 e de 912 diapositivos (Fig. 4).

2.1.2. Recolha, triagem e tratamento do espólio arqueológico

O espólio arqueológico é constituído por uma grande variedade de tipos de materiais, sobressaindo a cerâmica não só pelo volume recolhido, mas também pela qualidade e diversidade dos fragmentos e peças detectadas. Durante o processo de escavação, à medida que o espólio foi sendo identificado, logo na retirada dos depósitos ou na subsequente crivagem dos sedimentos, foi imediatamente separado em grandes tipos (cerâmica, vidro, metais, osteológico, de construção, argamassas, carvões, madeira, lítico, etc), acondicionado em conformidade com as condições necessárias à sua conservação, e etiquetado.

O espólio recolhido contabiliza-se da seguinte forma:

Cerâmica	
frags. de peças	c. de 300 000
Vidro	
frags. de objectos	c. de 27 000
Metal	
escórias de fundição, peças e outros objectos	c. de 236 000
Numismático	
moedas e chapas não cunhadas	997
Osteológico	
frags. de ossos e conchas	c. de 18 000
Construção	
frags. de tijoleira, tijolo e amostras de argamassas	c. de 13 830

O tratamento do espólio arqueológico tem ocorrido de uma forma tão sistemática quanto possível, no próprio local. O espaço disponível possibilitou a criação de um laboratório de campo (Fig. 5), que concilia as situações de emergência decorrentes da escavação com o necessário cuidado de organização, indispensável para o estudo e publicação dos dados recolhidos.

2.1.2.1. Espólio cerâmico

Em relação ao espólio cerâmico - que constitui um dos conjuntos mais significativos, pela quantidade e qualidade da informação que veícula - o processo de tratamento inicia-se pela limpeza e etiquetagem dos fragmentos. Se necessário, estes são depois consolidados ou partem logo para tratamentos mais profundos. Proceder-se em seguida à contagem do seu número por Unidade Estratigráfica, por forma a permitir, mais tarde, o cálculo de percentagens. O estudo procura, numa primeira fase, formar agrupamentos de características tecnológicas afins (porcelanas, faianças, vidrados de chumbo, não vidrados com cozeduras oxidantes ou com cozeduras redutoras, etc...), mas ainda distribuídos pelas Unidades Estratigráficas. Para o efeito, os materiais são dispostos de acordo com a Sequência Estratigráfica, permitindo assim a sua observação e acesso imediatos.

O conjunto que já foi objecto destas fases de tratamento totaliza 34 543 fragmentos cerâmicos, correspondendo a 431 porcelanas, 4 685 faianças, 2 934 vidrados de chumbo, 11 901 não vidrados vermelhos, 12 419 não vidrados pretos e 2 173 outros.

Procura-se, em seguida, classificar a cerâmica em grupos tecnológicos definidos pela natureza das pastas, texturas e durezas, acabamentos e decorações, seguindo de perto a metodologia definida por Jorge de Alarcão para o estudo da cerâmica local e regional de Conímbriga. Esta classificação conduz à identificação de diferentes Fabricos ou Louças, cujas cronologias e centros produtores se procura averiguar na etapa seguinte.

Assim, a análise da distribuição estratigráfica dos grupos de Fabrico através da construção de gráficos de distribuição percentual e da identificação dos ritmos de expansão, abandono e substituição, permite precisar o seu posicionamento cronológico. O recurso a análises laboratoriais possibilita ainda uma mais correcta distinção e caracterização das pastas, fornecendo informações que, conjugadas com a da documentação escrita, permitem determinar as proveniências dos diversos Fabricos ou Louças.

Por fim, o desenho é um instrumento imprescindível na reconstituição das formas próprias de cada fabrico, constituindo o restauro o tratamento final de alguns exemplares mais significativos. A construção de uma tipologia, a interpretação funcional de cada tipo e o estabelecimento de uma nomenclatura das formas são outros dos passos seguidos.

Uma primeira sistematização dos resultados deste estudo foi apresentada em comunicação às I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela, 28-31 de Outubro de 1992, intitulada "Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante - Porto: elementos para uma sequência longa - séculos IV-XIX", tendo dado origem a um texto mais desenvolvido a publicar nas respectivas actas.

Nesse texto demonstra-se que a intervenção arqueológica, ao permitir o reconhecimento de uma estratigrafia longa e bem preservada - estendendo-se da época romana aos nossos dias - veio a revelar informação do maior interesse para o conhecimento da evolução do abastecimento de cerâmica à cidade do Porto. Assim, ao nível das cerâmicas medievais, foram pela primeira vez identificados em Portugal, nos depósitos contemporâneos da construção da Alfândega, grupos de cerâmicas vidradas correspondentes a peças importadas nos séculos XIII e XIV, muito provavelmente, das regiões de Saintonge (através de Bordéus e La Rochelle) e de Paris-Rouën. Nos níveis datados do século XIII e XIV foram também identificados outros grupos cerâmicos que sugerem um abastecimento externo à cidade. Um destes é constituído por uma produção fina da zona de Braga, cuja forma mais característica é o jarro ou “pichel braguês”, tal como é designado na documentação da época. Outro grupo provirá possivelmente do Sul do país, apresentando decorações pintadas a branco, ainda de tradição islâmica. Já para o século XVII, a informação documental é muito mais abundante e a sua utilização permitiu esclarecer muitas das questões colocadas para as cerâmicas detectadas em níveis desta época. Foi assim possível identificar os fabricos correspondentes aos três principais centros de produção regional que, segundo alguma documentação da primeira metade do século XVII, abasteciam a cidade: louça vidrada do Prado, louça negra do Douro e louça vermelha de Ovar.

2.1.2.2. Espólio osteológico

O espólio osteológico (ossos e conchas) é constituído por cerca de 18 000 fragmentos de peças de origem animal, tendo praticamente todos eles sofrido transformações culinárias, o que agravou muito a sua fragilidade. A limpeza é cuidadosamente realizada por processo mecânico, utilizando-se escovas macias, pinceis e ferros dentários para retirar toda a terra acumulada, bem como todas as incrustações existentes. As peças em melhor estado são limpas com um pano humedecido em água destilada. A consolidação requer um banho numa solução de tricloroetano e Plexigum N 80. Após a secagem, procede-se à classificação das peças, identificando a espécie animal a que pertencem e eventuais marcas de transformação culinária. Trata-se de uma fonte essencial para, pela primeira vez, se efectuar o estudo rigoroso dos hábitos alimentares na Cidade do Porto, entre os séculos XIV e XVII.

2.1.2.3. Espólio metálico

O espólio metálico é extremamente abundante, destacando-se, pela sua

importância, aquele que se relaciona com a laboração da antiga Casa da Moeda do Porto, cujas oficinas ficavam aqui localizadas. Foram recolhidos cerca de 236 000 elementos metálicos (escória de fundição, pregos e outros objectos). O tratamento deste espólio consiste, numa primeira fase, na limpeza de toda a terra, com escova e bisturi. No caso dos objectos, torna-se necessário travar ou inibir o processo de corrosão, efectuando-se a sua imersão numa solução de dicromato de potássio a 0.5 %, a qual é periodicamente aquecida para provocar uma maior penetração no metal. Após a neutralização do processo corrosivo, a limpeza mecânica irá retirar todas as concreções existentes para finalmente se poder reconstituir os objectos através da colagem dos diversos elementos, caso se apresentem fragmentados.

2.1.2.4. Espólio numismático

As escavações arqueológicas têm proporcionado a descoberta de um significativo conjunto de peças numismáticas que expressam bem a diacronia dos vestígios encontrados. Tratando-se de exemplares recolhidos em escavação, o seu estado de conservação é geralmente precário, requerendo especiais cuidados de limpeza, consolidação e conservação. Numa primeira fase efectua-se a limpeza mecânica, realizada com bisturi e palha de vidro, controlada pelo uso da lupa binocular. O processo de conservação de alguns exemplares exige a sua imersão numa solução alcoólica de Benzoteriazol a 3 %, com a finalidade de inibir a corrosão existente. A consolidação é feita com Plexigum N80 diluído em 1.1.1. Tricloroetano a 5%, à medida que se efectua a limpeza mecânica. Retiradas todas as concreções produzidas pelo processo de corrosão, procede-se à identificação e classificação das moedas.

De um total de 997 peças numismáticas recolhidas, 165 foram já objecto de estudo e classificação. Para além do registo fotográfico individualizado de cada uma das peças, constituiu-se uma base de dados informatizada com toda a informação disponível para cada moeda. Deste conjunto de 165 peças, 24 exemplares são de época romana (séc. IV), sendo as restantes portuguesas: 27 da 1ª Dinastia, 53 da 2ª Dinastia e 1 da 4ª Dinastia. Para além das moedas, integram este conjunto, 2 Contos de Contar (peças usadas no cálculo mecânico, antes do método decimal ter substituído, no fim do séc. XVI, o método de contagem com numeração romana) dos reinados de D. João I e D. João III. Directamente relacionadas com o processo de amoedação realizado na Casa da Moeda do Porto, identificaram-se 40 flans (chapas metálicas já recortadas mas que não chegaram a ser cunhadas) e ainda as seguintes moedas aí cunhadas: 2 Pilartes de D. Fernando; 1 Meio Real e 1 Real Preto de D. João I. Embora possa não ser uma cunhagem do

Porto, é de destacar, pela sua raridade e elevado valor comercial, a descoberta de um Justo de ouro, de D. João II⁴.

2.2. Análise e interpretação

Para além das tarefas de análise e interpretação inerentes ao processo de escavação e registo arqueológicos, a enorme massa informativa produzida exige um vasto trabalho de sistematização e de síntese. Este trabalho implica a construção de diagramas da sequência estratigráfica, correlacionando as diversas zonas da escavação, o estudo do espólio e a sua inserção na sequência estabelecida. Envolve também a realização de desenhos de síntese de perfis estratigráficos, e de plantas finais com a organização dos espaços nas diversas fases de ocupação identificadas. Do entrecruzar destes elementos foram resultando, ao longo dos 4 anos da intervenção arqueológica, vários textos dando conta dos principais resultados da investigação. Esses resultados são já bastante significativos tanto para a história do edifício como da própria Cidade, pese embora o carácter ainda provisório de certas interpretações, que se justifica pelo facto da investigação ainda não estar concluída.

A intervenção arqueológica permitiu, desde logo, o reconhecimento de uma longa e rica sequência estratigráfica, escalonada desde a época romana até à intervenção de restauro realizada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, no final da década de 50.

Em relação ao estudo do conjunto edificado que compõe a actual Casa do Infante, a possibilidade de fazer acompanhar as pesquisas arqueológicas com o levantamento das referências documentais e a análise detalhada dos elementos arquitectónicos, feita a partir de registos fotogramétricos, permitiu já um significativo avanço no conhecimento da organização e evolução dos espaços edificados das antigas casas régias da Alfândega e da Moeda.

Recuadas em relação à fachada actual, as primitivas *Casas da Alfândega*, construídas por iniciativa do rei D. Afonso IV, possuíam uma planta rectangular e eram formadas por duas altas torres, com alpendres virados a um pátio central. O estudo da sua estrutura e da organização interna dos espaços possibilitou uma reconstituição muito aproximada do edifício que compatibilizava, nos diferentes pisos das torres, as funções de armazenagem e serviço aduaneiro com as de habitação qualificada que a tradição lhe atribui (Fig. 6).

⁴De acordo com os valores atingidos por exemplares semelhantes em leilões recentes, possui um valor superior a 5 000 000\$00.

A investigação tem também permitido datar e caracterizar em pormenor as principais transformações ocorridas na organização e estrutura do edifício até à demolição parcial das torres no séc.XVII. A este nível, destaca-se a descoberta de uma inscrição datada de 1432, que havia servido para comemorar o acrescento dum pórtico frontal no edifício da Alfândega, sob direcção de Gabriel Gonçalves, mais tarde nomeado Almojarife do Porto, em 1461.

Para além de todos estes dados que têm fundamentado a reconstituição dos espaços e da arquitectura da alfândega medieval, as actuais investigações estão também a proporcionar a descoberta de um valioso espólio arqueológico que demonstra a ambivalência do edifício, como habitação qualificada e como área de serviços aduaneiros. Um importante conjunto de selos em chumbo e restos da fundição do mesmo metal remetem-nos para as operações de controle e selagem de mercadorias, muito provavelmente realizadas no local em que foram descobertos, na zona inferior da Torre Norte. Uma matriz sigilar do século XV, com a legenda SELLO DA ALFANDYGA, atesta, por outro lado, o funcionamento do respectivo sector administrativo.

As Casas da alfândega ocupavam apenas uma pequena parte da propriedade régia medieval. Esta abrangia também uma extensa área bem delimitada nas traseiras da Alfândega, onde funcionou a antiga Casa da Moeda do Porto. As escavações revelaram que este espaço edificado, totalmente demolido pela obra de 1677, se organizava então em duas compridas alas de construções, enquadrando um vasto recinto aberto.

As referências documentais e os vestígios arquitectónicos subsistentes apontavam para a localização daquela importante oficina monetária nas traseiras das casas da Rua Nova. Assim, na parede de silharia medieval que constituía o limite Norte da propriedade da coroa, reconheceram-se os apoios do travejamento de um primeiro andar e mais acima os modilhões do telhado e o respectivo lacrimal. Diversas sondagens, realizadas ao longo daquela parede, vieram confirmar esta localização, revelando a parede oposta, que fechava o espaço, e um piso interno pavimentado com tijoleiras. A subsequente ampliação da área intervencionada veio revelar novos espaços, também eles consignados à produção das moedas, na outra ala de edifícios entretanto descoberta. Estas casas, que se apoiavam em toda a extensão da parede Sul do recinto, abrangiam uma área contínua com cerca de 36 m de comprimento, sendo possível reconstituir com muito rigor a sua organização interna, ao nível do pavimento térreo, com sucessivos compartimentos definidos por muros transversais. Aí se encontrou uma sequência de pavimentos em tijoleira, alguns com restos de metal fundido, e os vestígios de uma provável banca de trabalho.

As investigações arqueológicas estão também a ampliar os conhecimentos relativos às várias fases do processo de amoeidação aqui realizado, desde a fun-

dição e preparação do metal, até à cunhagem final das moedas. Para além destas, têm surgido restos de escória de fundição, cadinhos para o manuseamento do metal fundido, e grande quantidade de chapas metálicas já preparadas para a cunhagem.

Para além do estudo da evolução das Casas da alfândega e da Moeda, a pesquisa arqueológica tem permitido a descoberta de vestígios das anteriores ocupações humanas desta área ribeirinha, preservados sob as camadas depositadas no decurso da construção do edifício régio medieval, entre 1325 e 1354.

A descoberta nesta zona ribeirinha de níveis de época tardo-romana, ainda em escavação, com importantes alinhamentos de construções, de orientação distinta dos de época medieval, e um pavimento de mosaico polícromo, constitui um dos resultados mais significativos para o conhecimento da origem e evolução da cidade.

Entre os materiais associados destacam-se diversos fragmentos de *Terra Sigillata* Clara C (forma Hayes 45 A / var.), *Terra Sigillata* Clara D (forma Hayes 104 A), *Terra Sigillata* Foceana (forma Hayes 3 E) e Cerâmica cinzenta paleocristã que, no seu conjunto, apontam uma cronologia entre os séculos IV e VI. As moedas recolhidas foram cunhadas no século IV, confirmando o carácter tardio de todo o conjunto. Existem alguns materiais mais antigos, mas em percentagem relativamente reduzida. Será ainda necessário esclarecer com detalhe a natureza desta ocupação junto ao rio, assim como a forma e o tipo de relações existentes com a zona da Sé, onde se veio a desenvolver o primitivo núcleo da cidade, e a margem esquerda do Douro.

2.3. Programa de remodelação do Arquivo Histórico e musealização

Para além do inegável valor científico dos resultados da intervenção arqueológica, esta tem constituído também um elemento fundamental de orientação para o projecto de arquitectura, que prevê a musealização do espaço e dos vestígios descobertos. O programa de remodelação do Arquivo Histórico Municipal vê-se assim valorizado e enriquecido pela densidade histórica e patrimonial dos vestígios revelados pela investigação arqueológica, que para tal tem disponibilizado toda a informação e documentação necessária.

2.4. Colaboração de Estudantes e Acções de Formação

Ao longo dos 4 anos de actividade desenvolvida pela Intervenção Arqueológica, um numeroso conjunto de alunos universitários e do ensino secundário,

participou nos trabalhos de campo e de laboratório. Para além da participação voluntária de estudantes de arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, promoveram-se, em 1991 e em 1992, dois programas OTLs. do Instituto da Juventude, em colaboração com o Clube UNESCO da cidade do Porto. A colaboração com a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto, possibilitou a organização de duas acções de formação, em 1992 e em 1993, vocacionadas para o tratamento e estudo de materiais osteológicos, que contaram por sua vez com a colaboração do Dr. José Carlos Oliveira, do Museu Distrital de Beja, e da Dra. Teresa Cunha Lopes da Universidade do Minho. O campo arqueológico tem também servido de apoio a algumas aulas práticas para os alunos do curso técnico-profissional de arqueologia urbana, organizado pelo Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. A colaboração com a Escola Superior de Educação do Porto, permitiu já em 1994, a realização de uma acção de formação em tratamento de materiais arqueológicos, no âmbito do Curso de Gestão do Património.

2.5. Divulgação

Relativamente aos trabalhos de extensão cultural desenvolvidos no âmbito das escavações, para além da realização de diversas visitas guiadas à intervenção arqueológica e da montagem de uma exposição permanente no próprio local, é de salientar a preparação de um circuito de visita, que funcionou entre Março e Julho de 1994, durante acções integradas no programa de Comemoração do 6º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique. Foram efectuadas ainda várias apresentações públicas do projecto em curso na Casa do Infante, dando conta dos principais resultados da investigação. Esta divulgação revestiu-se de variadas formas, dirigindo-se a públicos diversos, através de comunicações apresentadas em congressos, artigos em revistas, exposições e textos para os respectivos catálogos, entrevistas concedidas a jornais e canais de rádio ou televisão e, finalmente, a realização de um vídeo específico sobre as escavações arqueológicas:

- "A Casa do Infante e as escavações arqueológicas da Alfândega Velha", Ciclo de Conferências, 18-21 Dezembro de 1991, Casa do Infante, Porto;
- "Casa do Infante. Uma História a refazer.", *Oceanos*, 12, Lisboa, Novembro, 1992;
- "Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante - Porto: elementos para uma sequência longa - séculos IV-XIX", I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela, 28-31 de Outubro de 1992;
- "Intervenção arqueológica na Casa do Infante - Centro Histórico do Por-

to.”, 1º Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 de Novembro de 1992;

– “A Casa do Infante - Intervenção arqueológica”, Simpósio sobre Conservação, Recuperação e Valorização do Património Cultural e Natural, Porto, 19-23 de Janeiro de 1993;

– “Casa do Infante (Porto): um projecto de Intervenção arqueológica urbana”, V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 20-22 de Maio de 1993;

– “Intervenção arqueológica na Casa do Infante”, 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 12 a 18 Outubro de 1993;

– “A cidade do Rei: o outro lado do Rio da Vila - A Casa do Infante” in *O Porto das Mil Idades: Arqueologia na Cidade*, Câmara Municipal do Porto, Divisão de Museus e Património Histórico e Artístico, Porto, 1993;

– “A Casa do Infante (Porto): um projecto de intervenção arqueológica urbana”, 2º Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, Fevereiro de 1994;

– “Contributo da Arqueologia para o estudo da Casa do Infante”, Catálogo da exposição *Henrique, O Navegador*, Exposição comemorativa do 6º centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1994;

– “As escavações arqueológicas na Casa do Infante (Porto)”, *Jornal de Notícias*, Suplemento de 4 de Maio de 1994;

– “Casa do Infante (Porto): um projecto de Intervenção arqueológica urbana”, Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 20-22 de Maio de 1993, Lisboa, 1994;

– “Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante - Porto: elementos para uma sequência longa - séculos IV-XIX”, Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela, 28-31 de Outubro de 1992, Tondela, 1994.

Colaboração na montagem da exposição *O Porto das Mil Idades: Arqueologia na Cidade*, organizada pela Divisão de Museus e Património Histórico e Artístico, em Outubro de 1993.

Colaboração na montagem da exposição *Henrique, O Navegador*, Exposição comemorativa do 6º centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1994.

Guião do video “A Casa do Infante e a Arqueologia”, produzido pela Sinalvideo para a exposição *Henrique, O Navegador*, Exposição comemorativa do 6º centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1994.

3. AVALIAÇÃO DO TRABALHO A REALIZAR

3.1. Introdução

Na 3ª fase do projecto, agora iniciada, os principais objectivos propostos visam a análise e interpretação do conjunto da informação acumulada; a triagem, limpeza, etiquetagem, conservação e estudo do enorme volume de espólio recolhido; o acompanhamento do projecto de musealização do espaço intervencionado e a divulgação e publicação dos resultados alcançados.

3.2. Escavação e tratamento do espólio

3.2.1. Escavação

Cinco zonas necessitam ainda de trabalhos de escavação, encontrando-se neste momento duas delas em fase de execução, enquanto as outras três aguardam a criação das condições necessárias. As duas primeiras apresentam situações delicadas. Uma pequena área na Viela, incide sobre estruturas enterradas que se relacionam com vestígios, anteriormente identificados numa parede, de uma forja das Casas da Moeda medieval. A área de maiores dimensões, no Salão Norte, apresenta uma sequência de pavimentos medievais e modernos, também relacionados com as Casas da Moeda, os quais se sobrepõem ao derrube de uma construção de época romana, depositado sobre um pavimento com mosaico policromo. A área na Cave Sul só pode ser escavada durante a nova empreitada de obra, por questões de segurança estrutural do edifício.

A avaliação das áreas e respectivos volumes de terras, que necessitam ainda de ser objecto de trabalhos de escavação arqueológica, é a seguinte:

Viela	área 4 m ²	volume 1, 6 m ³ (em execução)
Salão Norte	área 60 m ²	volume 48 m ³ (em execução)
Salão Sul	área 48 m ²	volume 48 m ³
Torre Norte	área 40 m ²	volume 24 m ³
Cave Sul	área 6 m ²	volume 26 m ³
TOTAIS	área 158 m ²	volume 147,6 m ³

3.2.2. Tratamento do espólio

Apesar do tratamento do espólio (lavagem, triagem, etiquetagem e acondicionamento) ter sido já iniciado, o ritmo que foi necessário imprimir aos trabalhos

de escavação, obrigou à concentração da equipa nessas tarefas e a uma subsequente acumulação de espólio não tratado. Na avaliação do trabalho a desenvolver, o tratamento do espólio surge assim como uma das tarefas que necessitam de um maior volume de horas de trabalho.

**Quadro de avaliação dos meios humanos necessários
para o tratamento do espólio**

Tipo de material	Quantidade	Tarefas	Investimento de trabalho/h		Meios humanos
				Total	
cerâmica	300 000	lavagem	125 frag./h.	2400 h.	15,6 meses
		etiquetagem	100 frag./h.	3000 h.	19,5 meses
espólio metálico	236 000	limpeza	200 frag./h.	1180 h.	7,6 meses
espólio numismático	832	limpeza	1 peça/h.	832 h.	5,4 meses
		consolidação	2 peça/h.	116 h.	2,7 meses
espólio de vidro	27 000	limpeza	67 frag./h.	402 h.	2,6 meses
		etiquetagem	150 frag./h.	180 h.	1,1 meses
espólio osteológico	18 000	limpeza	50 frag./h.	360 h.	2,3 meses
material de construção	13 830	limpeza	60 frag./h.	230,5 h.	1,5 meses
		etiquetagem	60 frag./h.	231 h.	1,5 meses

total de meses necessários \longrightarrow 59,8 meses

3.3. Análise e interpretação

Na actual fase da investigação, estando praticamente concluídos os trabalhos de escavação e configurando-se a possibilidade do estudo integral do espólio, a análise e interpretação da informação obrigará agora a um forte investimento de trabalho para realizar as tarefas que seguem.

3.3.1. Estabelecimento da sequência estratigráfica e cronológica global

A análise da informação registada no campo (escrita, desenhada e fotográfica) permitirá concluir a Sequência Estratigráfica de cada sector da escavação e, posteriormente, permitirá a sua reunião numa única sequência para toda a área intervencionada, através da construção de um Diagrama. No decorrer deste processo, todas as estruturas ou elementos edificados que fazem parte do Sítio objecto de intervenção, mas que não foram objecto de escavação por se encontrarem acima do solo, são identificados e registados segundo o sistema das Unidades Estratigráficas, com ficha descritiva individualizada, desenho e fotografia. A informação resultante permite estabelecer a Sequência Estratigráfica do Edificado. A integração posterior das duas Sequências, isto é, a resultante da escavação e a da observação e análise do Edificado, permite a construção da Matriz Total do Sítio.

Esta Matriz Total do Sítio apoia-se graficamente em Cortes ou Perfis Estratigráficos de síntese, elaborados a partir dos desenhos de campo parcelares, à escala 1:20, e cuja rede permite cobrir todo o espaço intervencionado.

O cruzamento da Sequência Estratigráfica com informação de carácter arquivístico, ou resultante do estudo do espólio, permite a atribuição de cronologias absolutas. O Faseamento constitui a síntese interpretativa da sucessão dos acontecimentos identificados e caracterizados pelos processos descritos nos pontos anteriores.

A informação registada no campo, ou produzida nas operações subsequentes de análise e interpretação, é sempre referenciada a uma Unidade Estratigráfica e, com essa organização, armazenada numa Base de Dados informatizada.

3.3.2. Análise e interpretação das estruturas e da organização dos espaços

Partindo do estabelecimento da sequência estratigráfica e cronológica serão analisadas as estruturas atribuídas a cada fase (muros, pavimentos, escadas, portas, janelas...) reconstituindo-se a respectiva organização dos espaços. Esta tarefa traduz-se na realização de plantas, alçados e reconstituições em desenho que colocam em evidência a articulação dos vários elementos - espaços abertos e espaços fechados, níveis de circulação com pavimentos interiores e exteriores, número de pisos, cêrceas das paredes e dos telhados.

A interpretação global da funcionalidade dos espaços será feita através da conjugação da análise dos seguintes elementos:

– documentação arquivística relativa ao funcionamento da instituição alfan-

degária e da Casa da Moeda, com vista ao conhecimento pormenorizado de todas as actividades e processos aí realizados;

– vestígios detectados e registados no decurso da escavação relativos a estruturas de oficina, zonas com vestígios da presença do fogo (fornalhas, fogueiras...) ou de água (condutas, tanques...);

– espólio relacionável com as actividades desenvolvidas em cada um dos espaços em que foi recolhido (selos e aparas de chumbo associados à selagem de mercadorias; escórias e chapas metálicas associadas ao processo de amoedação...).

3.3.3. Reconstituição, identificação e estudo do espólio arqueológico

A concretização do tratamento - lavagem, triagem, etiquetagem e acondicionamento - do enorme volume de espólio arqueológico acumulado, que se prevê para esta fase da intervenção, tornará possível desenvolver o seu estudo integral através das tarefas de reconstituição, identificação e interpretação. Este estudo foi já iniciado, ainda que em relação a pequenos conjuntos do espólio cerâmico e numismático. Será necessário dar continuidade às abordagens já iniciadas, estendendo-as agora a conjuntos muito mais volumosos. As três principais linhas de investigação desenvolvidas são:

– em relação ao espólio cerâmico: pelo volume recolhido e pela sequência estratigráfica e cronológica reconhecida procura-se estudar a evolução do abastecimento da cidade em cerâmica, privilegiando uma perspectiva de longa duração, desde a época romana aos nossos dias;

– em relação ao espólio metálico e numismático: pela importância dos elementos que se relacionam com a laboração da antiga Casa da Moeda, procura-se estudar o processo de amoedação aí realizado;

– em relação ao espólio osteológico: pelo seu volume e distribuição cronológica, procura-se desenvolver o estudo da evolução dos hábitos alimentares das sucessivas populações desta zona da cidade.

3.4. Acompanhamento do projecto de musealização do espaço intervencionado

A musealização dos vestígios descobertos na Casa do Infante constitui uma das componentes essenciais do programa de remodelação e ampliação do Arquivo Histórico Municipal, pressupondo desde logo a conclusão dos estudos interpretativos referidos nos pontos anteriores, nomeadamente o estabelecimento da

sequência estratigráfica e cronológica, a determinação da orgânica e funcionalidade dos espaços, a identificação e reconstituição do espólio arqueológico. A partir destes elementos será possível estudar um programa museológico, em conjunto com a Divisão de Museus da Câmara Municipal do Porto e o Gabinete do Arqto Tasso de Sousa, responsável pelo projecto de arquitectura. Esse programa, para além de contemplar a melhor forma de integração das estruturas descobertas (Fig. 7), exigirá a selecção de peças a expor, o restauro de estruturas (pavimentos de mosaico e de tijoleira), o restauro de peças (cerâmicas, metais e vidros) e a preparação de elementos informativos complementares. Estes trabalhos de restauro, pela sua especificidade e especialização, exigem o concurso de equipas e laboratórios externos.

3.5. Divulgação

Torna-se necessário dar continuidade à divulgação dos resultados da intervenção arqueológica, junto da comunidade científica e do público em geral. Para além da participação em reuniões científicas especializadas, prevê-se a publicação dos resultados obtidos pela investigação histórico-arqueológica, bem como dos projectos de musealização e ampliação/transformação do Arquivo Histórico Municipal, dirigida aos dois tipos de público.

Ainda sem necessidade de esperar pelos resultados do estudo integral do espólio arqueológico, prevê-se a finalização de uma obra monográfica, de edição cuidada e dirigida a um público vasto.

A posterior conclusão do estudo integral do espólio permitirá a publicação de uma monografia arqueológica dirigida a um público mais especializado.

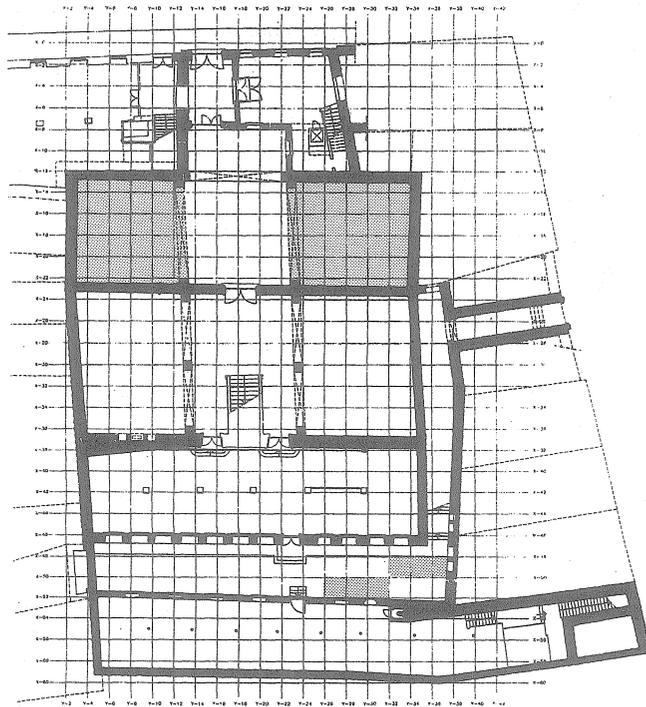


Fig. 1 — Áreas intervenionadas entre Janeiro de 1991 e Julho de 1993.

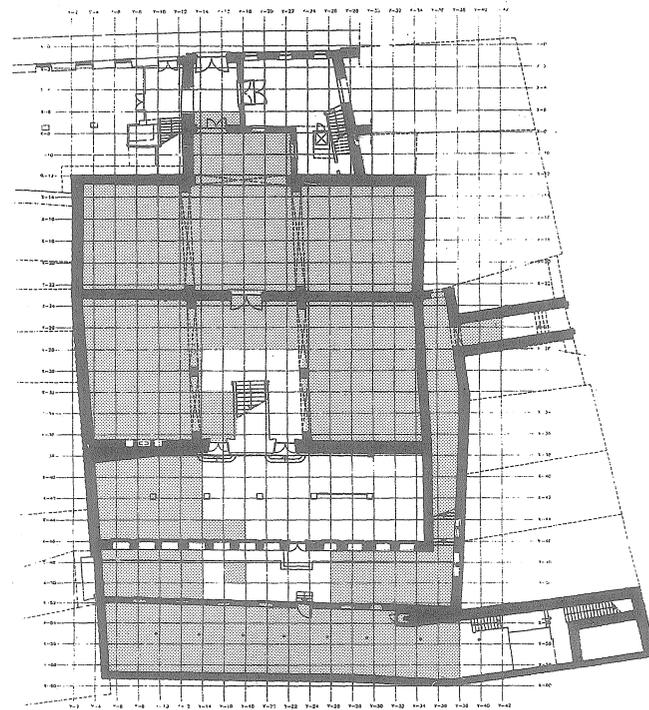
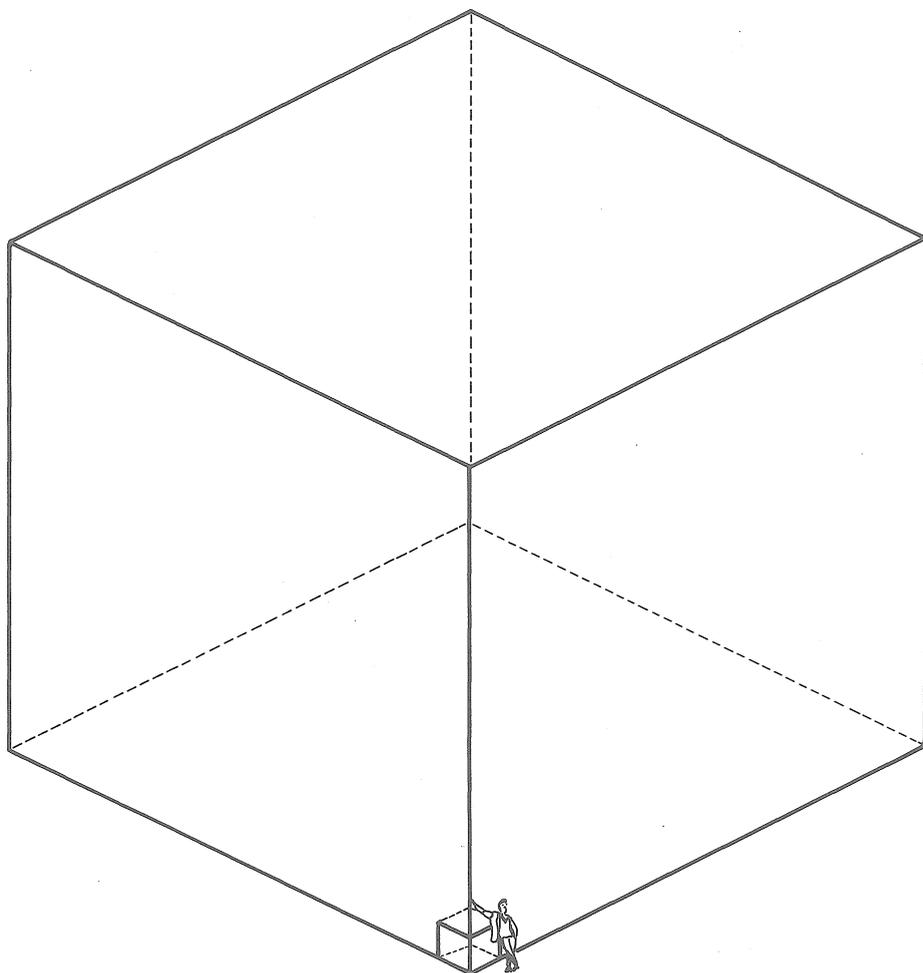


Fig. 2 — Áreas intervenionadas entre Agosto de 1993 e Dezembro de 1994.



esc.: 1/200

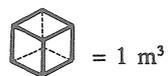


Fig. 3 — Representação do volume total de sedimentos removidos com metodologia arqueológica.



Fig. 4 — Vista dos trabalhos de escavação na zona da Torre Sul.

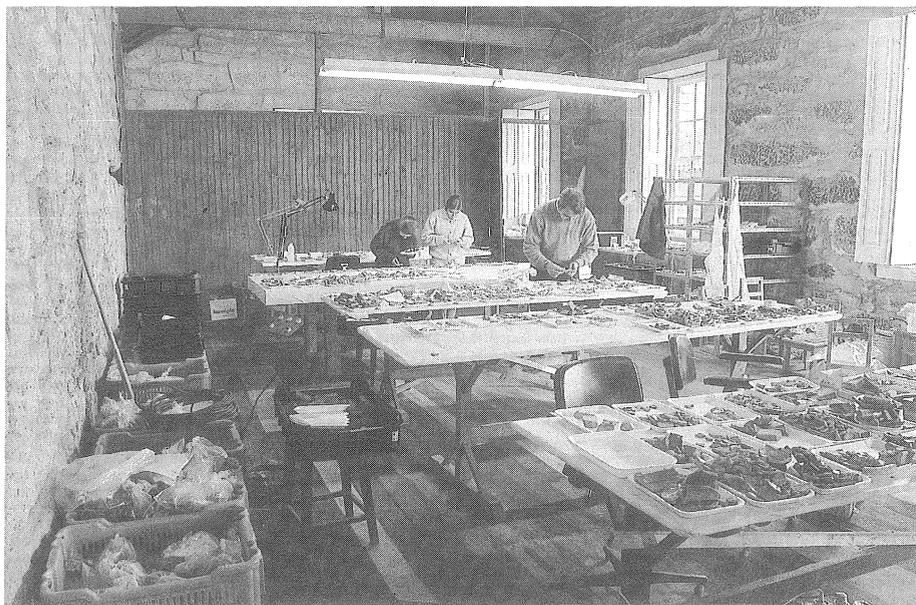


Fig. 5 — Vista dos trabalhos de tratamento e estudo do espólio cerâmico.

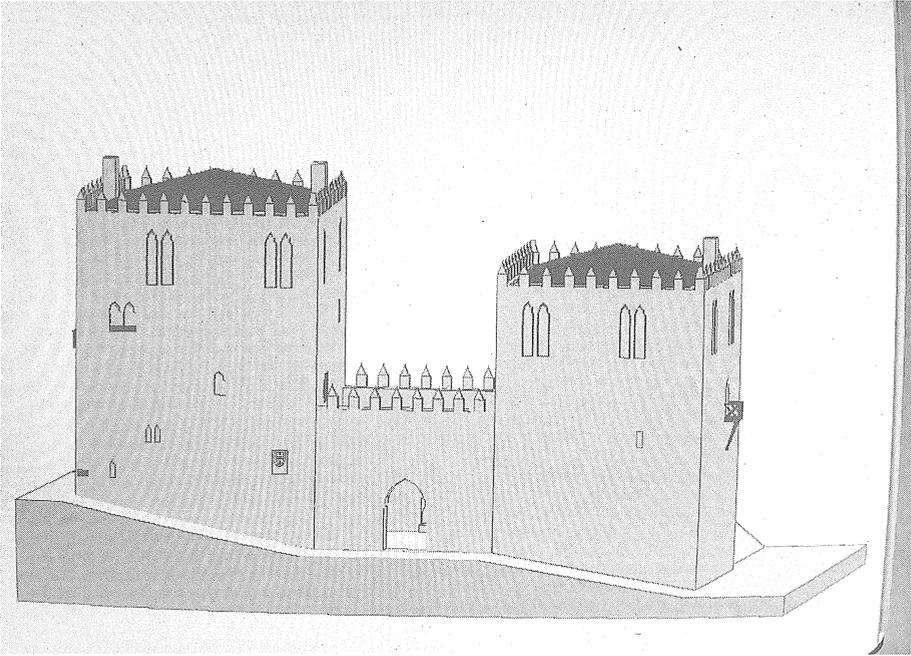


Fig. 6 — Reconstituição das primitivas *Casas da Alfândega*, construídas por iniciativa do rei D. Afonso IV (1ª metade do séc. XIV).

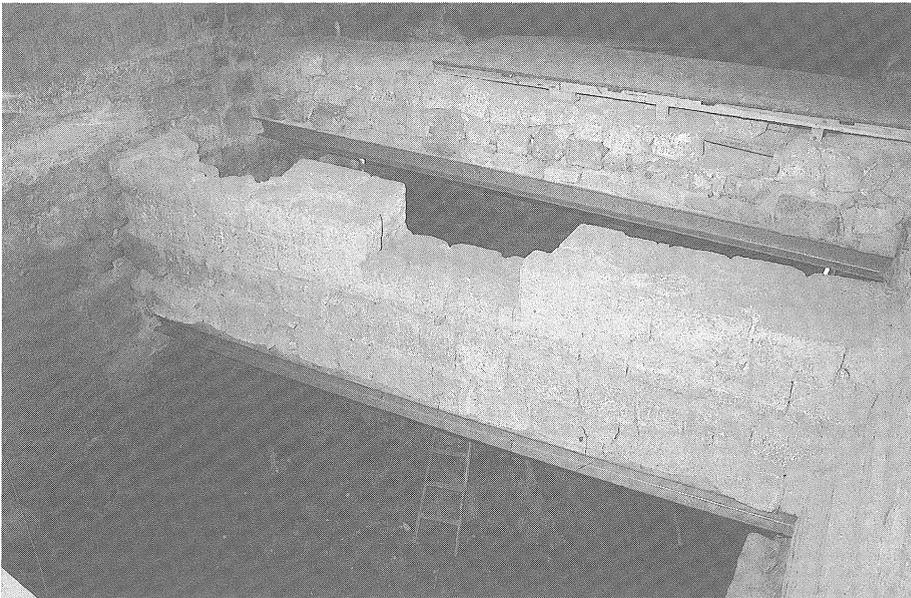


Fig. 7 — Trabalhos de consolidação das estruturas arqueológicas a integrar no circuito museológico na zona do Salão Sul.